

ALFREDO SAAD FILHO

O NEOLIBERALISMO EM CRISE: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DEMOCRÁTICAS

Recebido em 24/12/2024

Aprovado em 12/03/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1215

O NEOLIBERALISMO EM CRISE: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS DEMOCRÁTICAS

Resumo

As sociedades capitalistas contemporâneas enfrentam crises convergentes na economia, na democracia, na saúde, na reprodução social, no meio ambiente e em outras áreas, cada uma delas com implicações potencialmente graves. Este artigo delinea esses desafios para as economias capitalistas avançadas e para os países em desenvolvimento, argumentando que aqueles países estão sendo impactados, de diferentes maneiras, pela crise do neoliberalismo global, pela sua perda de hegemonia ideacional desde a Crise Financeira Global e por ameaças de instabilidade ainda maior devidas à desarticulação das economias neoliberais e às pressões sistêmicas devidas ao processo de mudança climática. Uma alternativa democrática é esboçada, a fim de delinear como essas dificuldades podem ser enfrentadas ao mesmo tempo que se assegurem melhorias nos padrões de vida da maioria da população.

Palavras-chave: Neoliberalismo, crise, democracia, autoritarismo, reprodução social, meio ambiente

ALFREDO SAAD
FILHO

Professor da Queen's University
Belfast, Reino Unido

Email: a.saadfilho@qub.ac.uk

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6625-2273>

Abstract

Capitalist societies today face overlapping crises across the economy, democracy, health, social reproduction, the environment and more, each with potentially severe implications. This article outlines these challenges to the advanced capitalist economies and to the developing countries. It will be argued that these countries are being impacted, in different ways, by the evolving crisis in global neoliberalism, its loss of ideational hegemony since the Global Financial Crisis, and threats of even greater instability driven by the disarticulation of neoliberal economies and the systemic pressures of climate change. A democratic alternative is sketched, in order to outline how these difficulties can be addressed while, at the same time, securing improvements in the living standards of the majority.

Keywords: Neoliberalism, crisis, democracy, authoritarianism, social reproduction, environment

Introdução

Tem sido comum dizer que as sociedades contemporâneas enfrentam desafios sem precedentes¹. Este artigo examina alguns deles, a partir das contradições e crises do sistema de acumulação dominante, ou seja, a fase, configuração, ou modo de existência do capitalismo contemporâneo: o neoliberalismo. A análise dessas contradições ajuda a contextualizar as tensões no neoliberalismo global nos domínios da economia (marcada por uma longa estagnação pontuada por implosões financeiras); política (caracterizada pela erosão da democracia e a ascensão do fascismo neoliberal); saúde (a partir do impacto desastroso da pandemia do Covid-19, mas também outras novas doenças, a crise de saúde mental, a crescente resistência aos antibióticos, e muito mais); reprodução social (levando a severas pressões nas famílias); meio ambiente (com sérias implicações para a vida como a conhecemos); o abastecimento alimentar e de água; a erosão dos solos; a poluição, os microplásticos; as tensões geopolíticas atuais, e assim por diante – apenas como amostra da multiplicidade de crises afligindo as sociedades contemporâneas.

A complexidade das questões advindas dessa proliferação de crises implica que uma visão abrangente é impossível em um curto artigo; em vez disso, o texto que se segue oferece um conjunto de observações que espero possa interessar aos leitores. O que se segue não se limita a um conjunto de generalidades sobre a “policrise” atual, um termo ambíguo que reconhece a multiplicidade de desafios na atualidade, mas que contorna as relações de determinação entre eles, supondo, ao contrário, que vivemos uma coincidência de infortúnios, em vez de uma crise sistêmica com diferentes aspectos emergentes. Podemos fazer melhor do que isso, e uma abordagem marxista pode oferecer *insights* valiosos para uma análise integrada do capitalismo atual e seus limites. A abordagem sistêmica neste artigo sugere que o neoliberalismo está mudando, e sua evolução aponta para formas

¹ Este artigo desenvolve os temas em Ayers e Saad Filho (2015, 2020); Boffo, Saad Filho e Fine (2019); Fine e Saad Filho (2017); e Saad Filho (2010, 2017, 2020a, 2020b, 2020c, 2023, 2025).

específicas porém limitadas de intervenção estatal, que buscam conter as crises específicas com pouca determinação, insuficiente coordenação, e minguidas perspectivas de sucesso no tempo disponível: neste momento, as perspectivas para a liberdade humana são limitadas e nossas possibilidades de sobrevivência enquanto espécie são desfavoráveis, para dizer o mínimo, embora existam experiências setoriais positivas e elas possam inspirar importantes mobilizações da classe trabalhadora e dos pobres na luta por sua emancipação política e, no limite, a sobrevivência das gerações vindouras.

Este argumento é desenvolvido em oito seções. Esta introdução é a primeira. A segunda revisa os fundamentos do neoliberalismo e a sua crise econômica. A terceira examina a ascensão e declínio da democracia neoliberal, e a quarta traça a ascensão do neoliberalismo autoritário após a Crise Financeira Global (CFG), que começou em 2007. A quinta revisa a crise de saúde simbolizada pela pandemia de Covid-19. A sexta examina a crise na reprodução social, e a sétima resume a crise ambiental e as opções políticas relevantes. A oitava seção conclui.

O neoliberalismo e sua crise econômica

O neoliberalismo é geralmente definido como uma ideologia ou, alternativamente, a partir de um conjunto de políticas econômicas e sociais. Em contraste, este artigo aborda o neoliberalismo como a configuração (fase, ou modo de existência) do capitalismo contemporâneo; em outras palavras, o neoliberalismo é o sistema de acumulação dominante hoje em dia². O neoliberalismo surgiu de maneira tentativa e gradual e na verdade se espalhou, a partir de meados da década de 1970, em resposta aos desafios à reprodução capitalista após a desarticulação do consenso keynesiano-social-democrata nas economias capitalistas avançadas (EAs), a desintegração de diferentes

² Para um exame comparado das diferentes concepções de neoliberalismo, ver Fine e Saad Filho (2017) e Saad Filho (2017, 2021).

variantes do desenvolvimentismo nas economias em desenvolvimento (EDs) e o colapso do Bloco Soviético.

A característica mais importante do neoliberalismo é a financeirização da produção, das trocas e da reprodução social, ou seja, a acumulação intensiva e extensiva do que Marx chamou de capital portador de juros (CPJ) ou, em termos mais coloquiais, o crescimento de atividades voltadas para a obtenção de lucro com investimentos em moeda ou ativos de papel, incluindo certificados de propriedade de bens “reais” e instrumentos puramente financeiros (o que Marx chamou de capital fictício), em vez do emprego de pessoas para produzir bens ou serviços para venda³. A ampliação do alcance, influência e recursos controlados pelo CPJ está intimamente relacionada ao desenvolvimento de novos instrumentos, ao crescimento de uma esfera puramente especulativa bem remunerada, e à apropriação de uma parcela cada vez maior do valor produzido na economia pelas finanças. Essas transferências de valor deram uma contribuição importante para a polarização da distribuição de renda e riqueza nas últimas décadas, que foi capturada, de maneira impactante, por Piketty (2014). A financeirização também sustentou a transnacionalização da produção sob o neoliberalismo, que geralmente é apresentada como “globalização”. O neoliberalismo, a financeirização e a globalização apoiaram uma extraordinária recuperação da lucratividade desde as crises do keynesianismo, do desenvolvimentismo e do socialismo de estilo soviético, e levaram ao aumento da desigualdade em quase todos os países (Boffo, Saad Filho e Fine, 2019).

O Estado necessariamente desempenha um papel fundamental nas transições para o neoliberalismo, na construção da nova estrutura institucional (financeirizada e globalizada) e na legitimação dessa transição, incluindo insistentes discursos alegando a eficiência superior” do mercado frente ao próprio Estado, a situação invariavelmente difícil das finanças públicas, o imperativo das privatizações e da comercialização dos serviços públicos, a

³ Há uma vasta literatura sobre a financeirização; ver, por exemplo, Ashman e Fine (2013), Christophers e Fine (2020), Fine (2010, 2013-14), Fine e Saad Filho (2017), Mader *et al.* (2020), Sawyer (2022) e van der Zwan (2014).

exigência de reduzir o Estado de bem-estar social, a imposição de indicadores de desempenho próprios ao setor privado nas instituições públicas, e a necessidade de reprimir a oposição de maneira impiedosa. Dessa forma, também invariavelmente, são as políticas públicas que desmantelam as capacidades do Estado e comprimem a oferta de serviços públicos, reformam as instituições estatais para melhor servir ao capital em geral e às finanças em particular, e impulsionam as mudanças no processo de reprodução social no neoliberalismo. A transição para o neoliberalismo também levou a mudanças profundas nas instituições, ideologias, regras, políticas e práticas sociais, rumo a reestruturar o sistema produtivo e proteger os processos de mercado de qualquer responsabilidade mais ampla. Elas também levaram muitos grupos sociais, especialmente a classe trabalhadora em vários países, a se envolverem de maneira cada vez mais profunda em circuitos financeiros através de suas contas correntes, saques a descoberto, poupanças, cartões de crédito, hipotecas, planos de pensão e pagamentos para serviços de educação, saúde e outras áreas de provisão social (Montgomerie, 2020).

As mudanças tecnológicas, econômicas, institucionais, ideológicas e políticas delineadas acima, e a reestruturação da produção e da reprodução social sob o neoliberalismo, criaram um amplo conjunto de “perdedores econômicos” centrados na classe trabalhadora tradicional das economias capitalistas avançadas. Em especial, milhões de empregos qualificados foram eliminados por meio da desindustrialização no Norte Global, da desindustrialização dita “prematura” no Sul Global, e após crises de dívida e de balanço de pagamentos no Sul e no antigo Bloco Soviético. Da mesma forma, profissões inteiras desapareceram ou foram exportadas, as oportunidades de emprego no setor público se reduziram devido às privatizações e às políticas de “austeridade fiscal”, a estabilidade no emprego tendeu a se contrair e os salários, as condições de trabalho e a proteção social deterioraram na maioria dos países. Pressões semelhantes foram sentidas por classes médias endividadas, empobrecidas, ansiosas e vulneráveis. Em alguns dos países mais ricos do mundo e nas regiões mais ricas da maioria dos países em desenvolvimento, estratos sociais anteriormente privilegiados hoje

lamentam sua incapacidade de satisfazer as aspirações materiais determinadas pelas culturas consumistas típicas do neoliberalismo. A maioria das famílias também se tornou incapaz de deixar melhores circunstâncias materiais a seus descendentes, quebrando um contrato geracional de melhoria contínua ('nós nos sacrificamos para que nossos filhos tenham uma vida melhor do que nós tivemos') que ajudou a legitimar as privações impostas pelo capitalismo desde o século XVIII.

A acumulação sob o neoliberalismo tende a assumir a forma de bolhas financeiras, que se alimentam da exploração dos trabalhadores (por meio da reestruturação global da produção e da expansão de formas precárias de trabalho, culminando na economia de bicos), das exações extraídas da periferia (por meio do comércio desigual, da extração financeira, dos aluguéis, e assim por diante) e da pilhagem da natureza. Essas bolhas financeiras invariavelmente entram em colapso com implicações destrutivas, e a contenção dessas crises exige intervenções estatais cada vez mais dispendiosas. Além da crescente instabilidade e das crises, a acumulação sob o neoliberalismo tem sido cada vez mais lenta. Apesar da dramática recuperação das taxas de lucro e do aumento da desigualdade, as taxas de investimento, de crescimento da produtividade, e do crescimento do PIB têm diminuído há várias décadas, especialmente nas economias avançadas, e apesar das condições extraordinariamente favoráveis para a acumulação que foram criadas pelo próprio neoliberalismo (Boffo, Saad Filho e Fine 2019).

Entre 2007 e 2020, o Ocidente sofreu a calamidade mais longa e a recuperação mais lenta, fraca e regressiva já registrada, que foi seguida pela pandemia de Covid-19 e pela crise econômica subsequente (que muitas vezes, e de forma enganosa, foi atribuída à guerra entre a Rússia e a Ucrânia).⁴ Esse é o *paradoxo econômico do neoliberalismo*: a transição neoliberal criou as condições mais favoráveis para a acumulação desde o final do século XIX; no entanto, o desempenho econômico piorou em termos de crescimento do

⁴ Para o contexto, ver Aglietta (2016), Ivanova (2016), Parboni e Tridico (2018) e Tcherneva (2015); para dados e análises atuais, consulte o anuário *Trade and Development Report* da Unctad.

PIB, taxas de investimento, criação de empregos, rendimentos, volatilidade e vulnerabilidade a crises econômicas, profundidade e duração das crises, além de uma impressionante concentração de renda e riqueza.

Por exemplo, Gabriel Palma (2023) mostra que, se os EUA tivessem seu PIB atual, mas se o 1% mais rico tivesse hoje a mesma participação na renda que tinha em 1980, esse grupo ganharia US\$ 2 trilhões a menos do que ganha atualmente. Da mesma forma, se a distribuição de renda nos EUA tivesse permanecido como em 1980, o 1% mais rico teria apenas metade da sua riqueza atual, o 0,1% mais rico teria apenas um terço, e o 0,01% mais rico teria somente um quinto. Isso significa, por exemplo, que o 1% mais rico teria US\$ 20 trilhões a menos do que tem hoje. O outro lado da moeda é o declínio no investimento: se a participação do investimento no PIB dos EUA tivesse permanecido estável desde 1980, o investimento hoje seria US\$ 1 trilhão por ano mais alto. Atualmente, o investimento privado não residencial nos EUA mal cobre a depreciação: não é de se admirar que a infraestrutura do país esteja literalmente desmoronando. O crescimento da produtividade diminuiu tanto que, se os EUA tivessem mantido sua taxa de crescimento da produtividade do período pré-neoliberal, seu PIB projetado seria US\$ 10 trilhões maior hoje. Da mesma forma, desde o início dos anos 2000, a Alemanha embarcou em uma estratégia deliberada de construção da desigualdade, incluindo uma classe trabalhadora mal remunerada que abrange cerca de 20% da população. Ao tomar esse rumo destrutivo, a Alemanha convergiu não apenas com os níveis de desigualdade da América Latina, mas também com as suas taxas de investimento e crescimento da produtividade notoriamente baixas.

Tensões semelhantes entre o aumento da desigualdade e a queda do investimento existem em outras economias avançadas; por exemplo, no Japão, onde a participação da renda do 1% mais rico aumentou 4,2 pontos percentuais, enquanto a taxa de investimento caiu em 6,2% do PIB. Por sua vez, na América Latina, a participação do investimento no PIB partiu de um nível relativamente baixo de 22% na década de 1970, e caiu mais 3 pontos

percentuais desde 1980, apesar do aporte externo de US\$ 3,6 trilhões (em dólares constantes de 2019). Palma (2023) mostra que o declínio nas taxas de crescimento do PIB desde 1980 na Europa Ocidental e na América Latina pode ser atribuído inteiramente ao colapso do crescimento da produtividade, que caiu em ambas as regiões de mais de 3% ao ano para zero. Isso poderia ter sido evitado: desde 1980, a produtividade do trabalho triplicou na Indonésia e na Malásia, quadruplicou na Tailândia, multiplicou-se por cinco na Coreia do Sul, em Taiwan e no Vietnã, por seis na Índia, e por vinte na China. Nesse meio tempo, os EUA perderam a metade dos empregos no setor manufatureiro, e a Europa Ocidental perdeu um terço.

A democracia em crise

As transições para o neoliberalismo têm se associado a uma ampla variedade de caminhos políticos. Eles vão desde meios constitucionais na maioria das EAs, imposição por ditaduras na Turquia, em vários países da América do Sul e África subsaariana, a transições conjuntas ao neoliberalismo e à democracia no Brasil, na África do Sul, na Coreia do Sul e Europa Oriental.

Apesar dessa diversidade de caminhos, uma forma democrática “típica” ligada ao neoliberalismo se estabeleceu na década de 1990. Embora essas democracias neoliberais satisfizessem os requisitos elementares do pluralismo político e (com limitações) respeito aos direitos humanos, seus processos políticos eram, na prática, limitados à escolha entre variedades ligeiramente distintas de neoliberalismo em um mercado político estritamente regulado. Lá, o duelo amigável entre partidos com programas semelhantes era policiado, diariamente, por uma mídia plutocrática de direita, um setor financeiro agressivo e, constitucionalmente, por um judiciário nominalmente “independente”: Democratas sob Clinton versus Republicanos tradicionais nos EUA; New Labour versus Conservadores moderados no Reino Unido; centro-esquerda versus centro-direita no Canadá, França, Alemanha e Itália, e assim por diante. Além disso, a estrutura institucional introduzida com as “reformas” neoliberais isolou as decisões econômicas

frente ao processo político, impedindo qualquer “interferência” possível da maioria, a fim de garantir a hegemonia política do setor financeiro e da elite neoliberal. Como resultado, o neoliberalismo se tornou institucionalmente rígido: ficou praticamente impossível mudar o sistema de acumulação seguindo as regras que o próprio neoliberalismo havia imposto. Os resultados incluíram a contração do espaço para a oposição “legítima” e a redução da capacidade dos Estados, sociedades e sistemas políticos de moldarem a política econômica e, até mesmo, para que eles pudessem encontrar soluções negociadas para as contradições, limites e crises do neoliberalismo.

Embora as mudanças econômicas impostas pelo neoliberalismo tenham criado um grande número de “perdedores econômicos”, a transformação paralela das estruturas sociais, das instituições e da lei tendeu a esvaziar a esfera política, tornando esses perdedores cada vez mais incapazes de resistir ao neoliberalismo, exigir mudanças de rumo, e até mesmo imaginar alternativas. Isso levou ao declínio da maioria das formas de representação coletiva e de sociabilidade da classe trabalhadora: partidos e organizações de esquerda, sindicatos, organizações comunitárias, clubes e assim por diante decaíram até o desaparecimento. Embora isso tenha ajudado a consolidar o neoliberalismo no curto prazo, esses processos também promoveram o desengajamento político e criaram poderosas tendências rumo à apatia e à anomia, minando profundamente a legitimidade do neoliberalismo (Ayers e Saad Filho, 2015, 2020).

Dada a fragmentação da sociedade, a hegemonia ideológica do neoliberalismo e a imposição de uma única opinião pública “legítima” pela grande imprensa, os “perdedores” tenderam cada vez mais a ver sua situação difícil através das lentes da “corrupção” das elites e dos “privilégios indevidos” concedidos pelo Estado a pobres não merecedores, às mulheres, às minorias autoidentificadas, aos imigrantes, e aos países estrangeiros. Ao mesmo tempo que esses grupos eram considerados favorecidos pelas políticas públicas, as instituições estatais pareciam se tornar cada vez mais hostis contra os “perdedores”, que tinham cada vez mais dificuldade para viver dignamente.

Tudo parecia estar de cabeça para baixo, com os que não mereciam passando à frente dos “moralmente íntegros”, em nítido contraste com tempos nebulosos no passado, quando as pessoas de bom caráter, disciplina, e que compartilhavam os “nossos” valores (essencialmente, homens com a origem étnica e religião corretas) podiam contar com emprego estável, renda crescente, férias anuais, boas perspectivas de promoção e aposentadorias generosas. Nas sociedades neoliberais maduras, as demandas e expectativas dos “perdedores” tendem a ser enquadradas por discursos simplistas que se baseiam no “senso comum” e em uma ética universalista (sem classes) fundada na identidade (exigindo aceitação no sistema de acumulação, em lugar da transformação do sistema), na meritocracia (exigindo que as regras impostas pelo neoliberalismo sejam seguidas por todos) e na repulsa à corrupção (visando aperfeiçoar o neoliberalismo, já que substituí-lo parece impossível).

O nacionalismo e o racismo (baseados em valores e antecedentes presumivelmente compartilhados) oferecem estruturas familiares para articular essas narrativas. Em outras palavras, no neoliberalismo contemporâneo, os perdedores são levados a enquadrar suas decepções, ressentimentos, medos e esperanças através de conflitos éticos entre o “bem” e o “mal”, e entre os “de dentro” e os “de fora”, em um universo moral onde não há exploração sistêmica nem estruturas de reprodução da desigualdade. Em vez disso, os membros do “nosso” grupo precisam se defender de não-membros predatórios, enquanto, dentro do grupo, indivíduos “honestos” são cercados por personagens desonestos: “nossos” valores de honestidade e trabalho árduo são minados por políticos que roubam “nosso” dinheiro, imigrantes que nos assaltam e expulsam de “nossas” casas, escolas e hospitais, e países distantes que roubam “nossos” empregos.

O paradoxo político do neoliberalismo é que a institucionalização da democracia neoliberal minou os fundamentos da própria democracia: as estruturas de representação tornaram-se impermeáveis aos interesses da maioria, as políticas públicas tornaram-se cada vez mais indiferentes (senão hostis) aos

pobres, e o Estado sinalizou que as coletividades baseadas na classe trabalhadora não seriam reconhecidas, e que os indivíduos com pouco dinheiro eram, necessariamente, fracassados ou criminosos. Dada a desarticulação da esquerda, essas circunstâncias fomentaram o surgimento de forças antisistêmicas dominadas pela extrema direita e polarizadas por líderes nacionalistas autoritários que se propuseram a confrontar o Estado neoliberal, as finanças, a globalização, as elites, os estrangeiros, e assim por diante, para angariar os votos dos perdedores e, ao mesmo tempo, para aplicar políticas levando à intensificação do neoliberalismo.

O neoliberalismo autoritário

A crise financeira mundial e suas consequências inauguraram uma nova fase do neoliberalismo, caracterizada pela necessidade de administrar as consequências da crise em um contexto de perda de legitimidade devido à percepção generalizada da enormidade do choque, o custo astronômico do salvamento do setor financeiro, o reconhecimento de que o neoliberalismo havia concentrado a renda e a riqueza e imposto padrões impopulares de emprego, além de não ter proporcionado um processo de acumulação rápido e estável, apesar das insistentes promessas feitas pelos políticos, financistas, e capitalistas industriais. As políticas impostas após a crise financeira mundial também contribuíram para a perda de dinamismo econômico nos países avançados, enquanto a incapacidade dos Estados neoliberais em atender às preocupações dos perdedores minou a legitimidade de políticas, práticas, instituições, partidos e líderes que, antes, eram inatacáveis, e que estavam institucionalmente consolidadas.

Dado o rompimento da hegemonia ideológica do neoliberalismo e da financeirização, as políticas impostas após a crise global exigiram a intensificação da repressão política e a introdução de novas formas de exclusão para viabilizar as transferências de renda necessárias para que o peso da crise recaísse sobre os pobres em vez dos ricos, que detinham os ativos financeiros desvalorizados na crise. O esforço foi feito, mas provou ser excessivo: o

controle político escapou das elites neoliberais tradicionais em vários países, levando ao surgimento de forças antissistêmicas polarizadas por líderes autoritários “espetaculares” e por uma nova geração de movimentos de extrema direita. O mal-estar atingiu até mesmo os países “centrais” da Otan, quando o Brexit venceu no Reino Unido e Donald Trump foi eleito presidente dos EUA pela primeira vez, em triunfos que tenderam a se espalhar. As políticas adotadas por essas administrações autoritárias convergiram em torno de formas mais ou menos abertamente repressivas e racistas de neoliberalismo, justificadas por complexas combinações de “valores nacionais”, racismo, supostos “imperativos” de austeridade fiscal, e caprichos do líder. Esse é o *neoliberalismo autoritário*. Essa forma política do neoliberalismo rompe parcialmente com seu invólucro democrático anterior, exacerbando as tendências autoritárias do capitalismo neoliberal a fim de sustentar o sistema de acumulação, apesar de sua evidente incapacidade de proporcionar qualquer forma de prosperidade compartilhada.

Visto dessa forma, o neoliberalismo autoritário não é nem um desvio transitório, que, após seu inevitável fracasso, levará à restauração das políticas neoliberais “normais”, nem – diretamente – um marco do “fim do neoliberalismo”. Em vez disso, ele é um sintoma da decomposição da democracia neoliberal, um resultado indireto da crise das economias, sistemas políticos e instituições de representação no neoliberalismo, e evidência de que o descontentamento das massas foi sequestrado pela extrema direita. *O paradoxo do autoritarismo* é que as crises no neoliberalismo promoveram a personalização da vida política e o surgimento de líderes “espetaculares” desvinculados de instituições estabilizadoras como as estruturas partidárias, regras constitucionais, sindicatos, movimentos sociais e a lei.

Em termos gerais, esses líderes tendem a estar comprometidos tanto com o neoliberalismo quanto com a expansão de seu poder pessoal. Embora façam campanha contra aspectos do neoliberalismo ou algumas de suas consequências, quando chegam ao poder esses líderes invariavelmente implementam políticas que intensificam o neoliberalismo e a financeirização,

atacam todas as formas de oposição e dão ainda mais poder à elite neoliberal. Entretanto, essas políticas tendem a prejudicar sua própria base eleitoral: os salários reais tendem a cair, os impostos tendem a se tornar mais regressivos, as proteções sociais tendem a ser corroídas, as economias tendem a se tornar mais desequilibradas, a pobreza tende a crescer e a sociedade tende a se tornar mais dividida. A frustração de largas camadas sociais tende a se intensificar: o neoliberalismo autoritário é intrinsecamente instável e leva a uma política de crise permanente, ao mesmo tempo que abre espaços para formas neoliberais de fascismo.⁵

A crise na saúde

As seções anteriores delinearam as contradições do neoliberalismo tais quais se apresentavam até o início de 2020, quando o mundo foi esmagado pela pandemia de Covid-19. Embora a pandemia não tenha mudado nada de fundamental no neoliberalismo global, ela intensificou as tensões existentes e revelou de maneira explícita as limitações do neoliberalismo. A economia capitalista global estava crescendo lentamente, e entrou em colapso, na mais profunda contração da história do capitalismo (Roubini, 2020; Saad Filho, 2020b). A “globalização” pareceu se inverter; as longas cadeias produtivas, que antes eram a maneira “racional” de organizar a oferta de bens, entraram em colapso e as fronteiras rígidas retornaram; o comércio diminuiu e as viagens internacionais foram severamente restritas. Dezenas de milhões de trabalhadores ficaram desempregados em questão de dias, e milhões de empresas perderam seus funcionários, clientes, fornecedores e linhas de crédito ao mesmo tempo. Uma longa lista de setores correu para o governo mais próximo em busca de socorro. Por sua vez, vários sistemas

⁵“O neoliberalismo ... ajudou a criar as condições para o ressurgimento da extrema direita, enquanto, ao mesmo tempo, a extrema direita se concentrou em atacar o que vê como os sintomas do neoliberalismo por meio da racialização de seus efeitos sociais, políticos e econômicos ... Não se trata, portanto, de o neoliberalismo *causar* o racismo ... no sentido de que o racismo é uma dimensão orgânica dele, mas sim de o neoliberalismo se fundamentar em uma *insegurança socioeconômica coletiva* que ajuda a facilitar o renascimento de imaginários racializados preexistentes” (Davidson e Saull, 2017, p. 715-716, tradução do autor).

políticos já estavam caminhando para o autoritarismo e, na pandemia, tenderam a se tornar espetacularmente perversos, impondo políticas de saúde equivocadas que mataram milhões de pessoas e entrincheiraram a Covid-19 de tal maneira que ela nunca poderá ser eliminada. Os casos dos EUA, Reino Unido, Índia e Brasil são especialmente significativos a esse respeito (Saad Filho, 2023).

A pandemia evidenciou três contradições importantes do neoliberalismo. Primeiro, quanto mais o Estado foi reconstruído de acordo com os princípios neoliberais, e quanto mais a reprodução social foi mercantilizada, menos conhecimento especializado e capacidade política esses Estados tenderam a ter para responder à emergência. Segundo, o neoliberalismo tendeu a esvaziar, fragmentar e privatizar parcial ou completamente os sistemas de saúde em vários países, ao mesmo tempo que criou uma classe trabalhadora precária e empobrecida que era altamente vulnerável a interrupções em sua capacidade de ganho, e a problemas de saúde devido a sua baixa poupança, moradia precária, nutrição inadequada, e padrão de emprego incompatível com uma vida saudável (Solty, 2020). Terceiro, a privatização e a desarticulação dos sistemas de saúde ampliaram o escopo para a intervenção descoordenada do setor privado, muitas vezes mediada por acordos corruptos com políticos e funcionários públicos importantes (Coburg, 2020; Kinder e Plimner, 2020).

Os discursos neoliberais sobre o imperativo da “austeridade fiscal” e os “limites” das políticas públicas desapareceram, assim que a pandemia chegou. Assim como nas crises anteriores, o principal objetivo dos governos neoliberais passou a ser o de proteger o capital o mais rapidamente possível. Entretanto, as políticas implementadas após a crise global rapidamente se mostraram insuficientes no contexto da pandemia (Sandbu, 2020). De maneira sem precedentes, importantes bancos centrais passaram a financiar grandes empresas diretamente, essencialmente entregando “dinheiro de helicóptero” a capitalistas selecionados, que, em alguns casos, repassaram esses recursos imediatamente a seus acionistas na forma de dividendos, em

um caso escandaloso de roubo de recursos públicos. Essa política também foi sintomática do papel crescente dos bancos centrais na realização dos circuitos individuais do capital no neoliberalismo, enquanto as finanças se concentram estritamente no próprio enriquecimento. A fim de disfarçar o espetáculo indecoroso de bilionários, muitas vezes vivendo em paraísos fiscais, receberem subsídios do mesmo Tesouro de que anteriormente haviam evadido e difamado publicamente, alguns governos também ofereceram apoio aos trabalhadores, mas geralmente como uma reação tardia e limitada pela avareza, muitas vezes por meio de transferências indiretas através dos empregadores, e tentando principalmente evitar o colapso da demanda, em lugar de priorizar o apoio às pessoas mais necessitadas.

Nesse meio tempo, e já em um contexto de desintegração da democracia, vários Estados usaram a pandemia como desculpa para reforçar o seu aparato repressivo com maior legitimidade e independentemente de seu desempenho contra o próprio coronavírus, através de novos sistemas para controlar movimentos, rastrear contatos, interceptar comunicações, monitorar a saúde, reprimir protestos, e decidir quais produtos e serviços deveriam estar disponíveis aos cidadãos. Essa tomada de poder ocorreu ao mesmo tempo que as grandes empresas de Big Tech (Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft), bem como participantes relativamente novos (Zoom), lucraram muito com a pandemia e, simultaneamente, coletaram dados para serem monetizados posteriormente (Zuboff, 2021).

A crise da reprodução social

No capitalismo, a classe trabalhadora está separada não apenas dos meios de produção, mas também dos meios de vida de forma geral: historicamente, o processo de separação começa com a terra (para o relato clássico, ver Marx, 2023, cap. 24), mas acaba incluindo moradia, transporte, alimentação, assistência médica e assim por diante, levando a classe trabalhadora a ter apenas acesso condicional e mediado pela forma moeda (usualmente,

através de salários, aposentadorias, ou benefícios sociais) a tudo o que torna a vida confortável ou até mesmo possível.

Isso implica que, no capitalismo em geral e no neoliberalismo especificamente, a maioria da população tem um interesse material em garantir seu acesso aos meios de vida para proteger uma existência que, estruturalmente, está saturada de estresse, ansiedade e falta de liberdade. Por exemplo, 66% da população dos EUA se preocupa com o acesso a cuidados básicos de saúde; 31% estavam lutando para pagar suas contas de energia antes dos aumentos de preços devidos à guerra na Ucrânia; e 60% a 80% dos americanos vivem literalmente de salário em salário. Em 2018, 40% dos americanos não conseguiriam cobrir uma despesa emergencial de US\$ 400 (Huber, 2022, p. 170). Esses números são semelhantes no Reino Unido,⁶ e parece razoável supor que, nas EDs, os números equivalentes devem ser piores.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) enfatizam que a classe trabalhadora global inclui não apenas homens brancos que trabalham em fábricas: a maioria dos trabalhadores está nos campos, casas particulares, escritórios, hotéis, bares, restaurantes, serviços de entrega, hospitais e escolas. Especialmente em seu extremo de precariedade e baixa remuneração nas EAs, a classe trabalhadora é desproporcionalmente feminina, migrante e racializada. É ali, e em suas vidas e experiências, que o Norte Global e o Sul Global realmente se encontram.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser também destacam que o capitalismo tende a capturar a maior quantidade possível de trabalho reprodutivo, sem qualquer preocupação com sua reposição. Esse processo extrativo se tornou especialmente agudo sob o neoliberalismo devido à fraqueza organizativa dos trabalhadores e, também, porque o trabalho precário e de baixa remuneração no setor de serviços tendeu a substituir o trabalho industrial formal, sindicalizado e seguro na maioria dos países; não surpreende que os salários tenderam a estagnar nas EAs, com implicações adversas em âmbito

⁶ Ver, por exemplo, <https://www.independent.co.uk/news/business/news/uk-households-no-emergency-savings-pensions-insurance-policies-accounts-a8199201.html>

global. Além disso, sob o neoliberalismo, o salário social também tendeu a diminuir, pois os serviços que costumavam ser prestados pelo setor público foram crescentemente externalizados ao setor privado – na prática, a prestação de serviços foi transferida principalmente para mulheres racializadas e imigrantes, tanto em casa quanto através de seus empregos (normalmente terceirizados e precários).

Por consequência, tanto no Norte Global quanto no Sul Global muitos trabalhadores foram forçados a assumir vários empregos e tomar empréstimos para sobreviver, ao mesmo tempo que precisam assumir responsabilidades cada vez maiores em casa. Isso levou a uma crescente crise dos cuidados, exaurindo especialmente as mulheres, prejudicando as famílias e sobrecarregando as capacidades das pessoas mais pobres. Não é de surpreender que a crise do cuidado esteja intimamente ligada a uma crise global de saúde mental. Os estresses e as frustrações resultantes ajudaram a alimentar movimentos de direita que identificam problemas reais no neoliberalismo, mas distorcem queixas legítimas para culpar os países mais pobres e os membros mais fracos e menos protegidos da sociedade, a fim de desviar a culpa para longe do capital e do lucro.

A catástrofe ambiental

Além dos desastres descritos acima, nossos sistemas econômicos e políticos estão cada vez mais tensionados pela crise ambiental que se desenvolve. Há evidências conclusivas de que o clima da Terra está esquentando e o aquecimento global se acelerando. As emissões humanas de gases de efeito estufa (GEE) já elevaram as temperaturas em cerca de 1,5 grau Celsius em relação à linha de base anterior à revolução industrial, e as tendências atuais sugerem que as temperaturas podem aumentar em até 6°C até 2100 (IPCC 2023). Consequências desastrosas são inevitáveis, e o tempo disponível para reduzir as emissões a fim de evitar resultados catastróficos está diminuindo rapidamente (Saad Filho e Feil, 2023).

As mudanças climáticas estão relacionadas a cinco fontes de estresse na economia global. Em primeiro lugar, as contradições entre a capacidade limitada da Terra de sustentar um clima estável, a busca desenfreada por lucros sob o neoliberalismo e a tendência mais geral do capitalismo de saquear a natureza em busca de energia e matérias-primas, e de usar a Terra como um depósito de lixo gratuito para os resíduos da produção, comércio e consumo. Essas contradições implicam que as emissões de carbono não são uma infeliz externalidade da produção humana em geral: ao contrário, elas são um aspecto necessário da acumulação capitalista e da busca ilimitada de lucros. Pior ainda, embora o impulso intrínseco ao capitalismo para elevar a produtividade expanda as possibilidades de consumo, ele também implica o aumento do uso de máquinas e matérias-primas e a geração de mais resíduos. Em outras palavras, o capitalismo tende naturalmente a desestabilizar o ecossistema; os recursos naturais sempre tenderão a ser superexplorados; o limite entre a extração “sustentável” e a “insustentável” sempre permanecerá nebuloso, e a natureza sempre servirá como um esgoto para os resíduos que acompanham a produção de mercadorias com fins lucrativos: *a insustentabilidade é uma característica inerente ao modo de produção capitalista.*

Em segundo lugar, a tensão entre a consciência já de longa data dos limites ambientais do crescimento e a incapacidade dos governos e das organizações intergovernamentais de lidar com as causas das mudanças climáticas. Por exemplo, apesar da sucessão de reuniões diplomáticas, declarações e tratados, as emissões de CO₂ aumentaram de 20 mil megatons em 1990 para 37.400 megatons em 2023, e a participação do combustível mais sujo, o carvão, aumentou continuamente entre 1999 e 2014.⁷ As emissões diminuíram em um pequeno número de economias avançadas, mas isso se deve, em grande parte, à sua desindustrialização e à realocação de “sua” capacidade produtiva para o Sul Global, o que, por motivos tecnológicos e de transporte, pode ser ainda pior para o planeta.

⁷ Ver <https://www.iea.org/data-and-statistics>, <http://www.globalcarbonatlas.org/en/CO2-emissions> e Jorgenson (2014).

Terceiro, a tensão entre as emissões acumuladas pelas EAs, com base nas quais elas cresceram no passado, e as emissões crescentes nas EDs que reivindicam o direito ao desenvolvimento hoje.

Quarto, a estrutura incongruente da economia global, na qual vários países e grandes empresas investem na produção, exportação, processamento e venda de combustíveis fósseis, embora isso seja incompatível com a estabilidade climática. A impossibilidade de explorar as reservas conhecidas de combustíveis fósseis implica que ativos no valor de centenas de bilhões de dólares devem ser abandonados (minas, plataformas de petróleo, refinarias, portos, plantas industriais, gasodutos, etc.). Isso eliminará inúmeros empregos e gerará grandes perdas contábeis para países e empresas. Todos têm relutado em aceitar essas perdas; alguns países justificam sua posição com o imperativo de garantir empregos e renda, outros com a falta de alternativas de exportação, e as empresas alegam terem deveres para com seus acionistas. A esses custos devem ser acrescentados os investimentos necessários a mudar a matriz energética mundial para evitar os combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, adaptar nosso modo de vida para torná-lo compatível com as emissões nulas, além dos custos crescentes de mitigação dos impactos das mudanças climáticas, uma vez que elas não podem mais ser evitadas.

A financeirização prejudica as tentativas de mitigação e adaptação porque as instituições financeiras operam em mercados altamente competitivos que impõem estratégias de investimento de curto prazo, especulativas e pró-cíclicas. Essas estratégias são incompatíveis com a lógica da política industrial de longo prazo, as mudanças na composição da atividade, os investimentos em novos motores “verdes” de crescimento e a redistribuição de renda (Chesnais, 2016; Heynen *et al.*, 2007; Hudson, 2010). É por isso que as instituições financeiras continuam financiando iniciativas prejudiciais ao meio ambiente, que conflitam com as metas acordadas internacionalmente, e que expandem o conjunto de ativos que terão de ser abandonados quando o mundo finalmente se afastar dos combustíveis fósseis (Ansari e

Holz, 2020; Bos e Gupta, 2019). O resultado foi o esgotamento do orçamento de carbono (dados os limites estabelecidos pelo Acordo de Paris) e a contração do espaço político para políticas alternativas, enquanto diferentes países lutam para moldar em seu favor tratados que trarão resultados tanto insuficientes quanto tardios. Enquanto isso, as empresas globais lucram com a depredação das condições para sustentar a vida na Terra, ao mesmo tempo que exigem garantias públicas de lucros ainda maiores em troca da redução dos danos que estão prestes a infligir ao planeta.

Se as mudanças climáticas forem vistas sob o restrito ângulo neoclássico das “externalidades” e das “falhas de mercado”, a análise tende a ficar presa na lógica de tratar do problema por meio da imposição de “preços corretos” através de impostos, transferências e subsídios (Huber, 2022). Embora isso possa agradar aos economistas e políticos tradicionais, essas políticas são problemáticas politicamente, pois implicam que a mudança climática poderia (objetivamente) – e deveria (normativamente) – ser revertida através da compressão do padrão de vida da maioria, enquanto os lucros são protegidos e continuam a impulsionar a produção, a poluição, a adaptação, a mitigação e a limpeza do meio ambiente. As limitações políticas dessa abordagem foram reveladas repetidamente, por exemplo, pelos protestos contra a alta dos impostos sobre os combustíveis no Reino Unido em 2000 e, mais recentemente, pelo movimento francês dos coletes amarelos, bem como pelo apoio que essas políticas oferecem aos políticos populistas de direita (“pró-motoristas”, e outros).

Uma abordagem marxista deve reconhecer que a grande maioria das emissões não deriva das decisões de consumidores individuais e soberanos (devo voar ou tomar um ônibus? posso comprar esse brinquedo de plástico? quantas milhas aéreas nessa caixinha de frutas?), assim como a maior parte da produção não é artesanal nem para consumo direto (Bellamy Foster e Clark, 2020; Huber, 2022; Lawrence e Laybourn-Langton, 2022; Pineaut, 2023): sob o capitalismo, a maior parte da produção visa ao lucro, e a maioria dos produtos e emissões deriva de cadeias de relações sociais dominadas

pelo capital, que determinam o nível e a composição do investimento, as tecnologias e os sistemas energéticos, o mix de produção, e os padrões dominantes de consumo. Mudar esses parâmetros exigirá mais do que alterações nos preços relativos, incentivos morais ou campanhas publicitárias; em vez disso, exigirá o reconhecimento de que o aquecimento global tem sido impulsionado pela lucratividade do capital e que esse fator criou uma estrutura produtiva fundamentalmente incompatível com a estabilidade do clima. Esse é um problema político a ser resolvido por meio de mudanças sistêmicas, incluindo as estruturas corporativas, as tecnologias e os sistemas de propriedade e controle, e não um problema de tributação ou de incentivos na margem, ao mesmo tempo que se protege a lucratividade empresarial.

Da mesma maneira, uma “ecologia da austeridade”, baseada na compressão generalizada dos padrões de vida em nome da sustentabilidade, seria intolerável para a maioria da população. Esse seria o caso até mesmo nos países de alta renda, para não falar nos países em desenvolvimento. Em ambos os grupos de países, a maioria da população passou por processos de “austeridade” neoliberal pelo menos desde a crise financeira global e, em muitos casos, desde o início da década de 1980. Em outras palavras, a esquerda não pode adotar políticas que demandem que aqueles que já vivem no extremo mais precário da sociedade, e que passam por privações estruturais, tenham as suas condições de vida pioradas para proteger o modo de produção que causou o desastre ambiental. Uma abordagem mais justa e politicamente mais promissora do ponto de vista da mobilização da classe trabalhadora passa pela criação de vínculos entre as lutas ambientais e as demandas, esperanças e expectativas dos mais pobres, tanto na produção quanto na reprodução social, a partir de um programa econômico, social e distributivo democrático e transformador. Esse programa deve apontar para uma nova sociedade baseada na igualdade, na segurança material e na liberdade humana, bem como na sustentabilidade ambiental. A estratégia econômica democrática (EED) implícita nessa abordagem (detalhada em Saad Filho, 2025) concentra-se em como, e quanto, a maioria

pobre pode ganhar ao transcender o neoliberalismo, incluindo a possibilidade de tratar efetivamente das mudanças climáticas, uma vez que isso não pode ser – e não será – feito no atual sistema de acumulação.

Os desafios de deixar os combustíveis fósseis no solo, diversificar o fornecimento de energia, garantir a estabilidade e a sustentabilidade econômica e melhorar a distribuição de renda, riqueza e poder devem ser abordados simultaneamente, por razões de legitimidade, praticidade e eficácia. A EED oferece uma alternativa de esquerda ao neoliberalismo, fundamentada em tradições econômicas heterodoxas, incluindo as escolas pós-keynesiana, institucionalista, evolucionária, kaleckiana e marxiana, nas experiências heterodoxas e desenvolvimentistas de políticas industriais, e nas literaturas sobre o desenvolvimento a favor dos mais pobres, ao mesmo tempo que acomoda a restrição ambiental.⁸ Essa alternativa inclui políticas para impulsionar o crescimento sustentável, diversificar a economia, apoiar as manufaturas verdes, criar empregos, trazer ganhos de bem-estar para a maioria, promover a inclusão social e a satisfação das necessidades básicas, e melhorar a distribuição de renda, riqueza e poder dentro de cada país, e entre os países.

É lógico que iniciativas como a EED só possam ser bem-sucedidas com planejamento, regulamentação, financiamento adequado e monitoramento de desempenho por parte do Estado; elas também devem ser apoiadas por políticas fiscais, monetárias e financeiras adequadas. A coordenação liderada pelo Estado é essencial, pois o Estado é a única instituição que pode influenciar os padrões de emprego, a produção e a distribuição de bens, serviços, renda e ativos, e a relação entre os seres humanos e a natureza de maneira democrática. Somente o Estado pode limitar o poder de interesses privados irresponsáveis, levantar fundos suficientes para reformas econômicas democráticas, implementar uma estratégia econômica alternativa e garantir que a atividade econômica seja orientada pelas demandas da maioria. Da mesma forma, apenas o Estado pode completar a transição

⁸ Ver Balakrishnan, Elson e Patel (2010), Cornia (2006) e Saad Filho (2007, 2011b, 2025).

energética, efetivar a eutanásia dos rentistas, desmercantilizar a reprodução social, desfinanceirizar a economia, dismantelar o setor de combustíveis fósseis, financiar um novo sistema energético e readaptar o nosso modo de vida. Entretanto, nenhum Estado fará isso sem uma pressão significativa da maioria organizada, liderada pela classe trabalhadora. Apenas a classe trabalhadora global (incluindo homens e mulheres, imigrantes e locais, racializados e não racializados, nos setores industrial, rural e de serviços) pode proporcionar a base de massas para o programa transformador da EED; somente essa classe tem a capacidade estratégica de impor as mudanças econômicas e políticas essenciais para proteger a vida como a conhecemos. O desafio político para a esquerda, especialmente a marxista (que tem um vínculo com a classe trabalhadora, e uma compreensão vital de seu poder material), é o de convencer as massas no Norte Global e no Sul Global de que elas têm um interesse objetivo na reestruturação da produção e da sociedade, a fim de construir uma alternativa que transcenda o neoliberalismo.

Conclusão

A prosperidade econômica no sistema de acumulação neoliberal depende cada vez mais da extração, da espoliação e da fraude. Enquanto isso, e por razões relacionadas, o sistema de acumulação está deslizando para uma crise econômica sistêmica, o fascismo, e o colapso ambiental. Uma agenda transformadora é urgentemente necessária.

As mudanças na vida política e social sob o neoliberalismo, o declínio dos sindicatos, partidos políticos de esquerda e outras organizações de massa, e a atrofia das formas coletivas de dissidência levaram à construção de subjetividades neoliberais e à financeirização das trocas sociais em graus que seriam inimagináveis há poucas décadas. Ao mesmo tempo, a crise financeira global e a “austeridade” que a sucedeu foram associadas à ruptura da hegemonia ideológica do neoliberalismo, potencialmente abrindo espaços para a contestação em diferentes níveis. As experiências bem-sucedidas

merecem atenção e repetição quando for possível; por exemplo, a construção do Syriza na Grécia e do Podemos na Espanha, a experiência do Partido Trabalhista Britânico sob Jeremy Corbyn, as campanhas políticas em torno de Bernie Sanders nos EUA, a remunicipalização da água e a desfinanciamento do fornecimento em Valladolid e na Bolívia, e assim por diante.

Sob essa ótica, o que seria necessário para criar uma ruptura e transformar uma sequência de *crises no neoliberalismo* em uma *crise geral* (terminal) *do neoliberalismo* como sistema de acumulação dominante (Saad Filho, 2011a)? Este artigo sugere que será difícil tratar da estagnação econômica, da deriva para o fascismo neoliberal, das crises de saúde já no horizonte, da crise da reprodução social, da mudança climática e das outras crises, por dentro do neoliberalismo. Entretanto, também pode ser demonstrado que a principal restrição à transição para além do neoliberalismo não é técnica nem financeira: ela é política.

Neste contexto, as crises atuais devem ser enfrentadas em conjunto, através de uma alternativa democrática à destruição imposta pelo neoliberalismo. A dificuldade é que essa alternativa requer novos movimentos sociais, novas coalizões e novas estruturas de representação, de partidos a sindicatos e associações comunitárias, correspondendo ao modo de existência atual de uma sociedade que foi amplamente decomposta internamente, imperfeitamente integrada globalmente, que tem culturas distintas, mas que está imperfeitamente conectada por meio de ferramentas baseadas na Internet. Podemos ver sucessos importantes em diferentes países, mas ainda não acumulamos as experiências necessárias. Não há nada mais importante, neste momento, do que apoiar os movimentos emergentes que tentam mudar o nosso modo de vida, tanto nos países pobres quanto nos países ricos.

Referências

- AGLIETTA, M. America's Slowdown. *New Left Review* 100, p. 119-129, 2016
- ANSARI, D. e Holz, F. Between stranded assets and green transformation: Fossil-fuel-producing developing countries towards 2055. *World Development* 130, 2020 <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.104947>
- ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T. e FRASER, N. *Feminismo para os 99%: Um manifesto*. Trad. Hallina Beltrão. São Paulo: Editora Boitempo, 2019
- ASHMAN, S. e FINE, B. Neo-liberalism, Varieties of Capitalism, and the Shifting Contours of South Africa's Financial System. *Transformation* 81 (2), p. 144-178, 2013
- AYERS, A. e SAAD FILHO, A. Democracy Against Neoliberalism: Paradoxes, Limitations, Transcendence. *Critical Sociology* 41 (4-5), p. 597-618, 2015
- AYERS, A. e SAAD FILHO, A. (2020) A Ticking Time Bomb: The Global South in a Time of Coronavirus. *Journal of Australian Political Economy*, 85, 2020 <https://www.ppesydney.net/issue-85-winter-2020/>
- BALAKRISHNAN, R., ELSON, D. e PATEL, R. *Rethinking Macro Economic Strategies from a Human Rights Perspective*, Manhattan: Marymount Manhattan College, 2010 <https://www.cwgl.rutgers.edu/docman/economic-and-social-rights-publications/20-whymeswithhumanrights2-pdf/file>.
- BELLAMY FOSTER, J. e Clark, B. *The Robbery of Nature*. New York: Monthly Review Press, 2020
- BOFFO, M., SAAD FILHO, A. e FINE, B. Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn'. *Socialist Register*. London: Merlin Press, 2019
- BOS, K. e GUPTA, J. Stranded Assets and Stranded Resources: Implications for Climate Change Mitigation and Global Sustainable Development. *Energy Research and Social Science* 56, 2019 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629618305383?via%3Dihub>
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today*. Leiden: Brill, 2016
- CHRISTOPHERS B. e FINE B. The Value of Financialization and the Financialization of Value. In: P. Mader, D. Mertens e N. van der Zwan (orgs.). *International Handbook of Financialization*, London: Routledge, 2019
- COBURG, T. *The £5.5bn PPE scandal that goes to the core of government incompetence – and that's just for starters*, 2020 <https://www.thecanary.co/uk/analysis/2020/07/11/the-5-5bn-ppe-scandal-that-goes-to-the-core-of-government-incompetence-and-thats-just-for-starters/>
- CORNIA, G. (org.) *Pro-Poor Macroeconomics: Potential and Limitations*. Houndmills: Palgrave, 2006
- DAVIDSON, N. e SAULL, R. Neoliberalism and the Far-Right: A Contradictory Embrace. *Critical Sociology* 43 (4-5), p. 707-724, 2017
- FINE, B. Locating financialization. *Historical Materialism* 18(2), p. 97-116, 2010
- FINE, B. Financialisation from a Marxist Perspective. *International Journal of Political Economy*, 42 (4), p. 46-66, 2013-24
- FINE, B. e SAAD FILHO, A. Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism. *Critical Sociology*, 43 (4-5), p. 685-706, 2017
- HETNEN, N., MCCARTHY, J., PRUDHAM, S. e ROBBINS, P. (orgs.). *Neoliberal Environments: False Promises and Unnatural Consequences*. Abindon: Routledge, 2007
- HUBER, M. T. *Climate Change as Class War*. London: Verso, 2022
- HUDSON, M. From Marx to Goldman Sachs: The Fictions of Fictitious Capital, and the Financialization of Industry. *Critique* 38 (3), p. 419-444, 2010

- IPCC *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*, 2023 <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2021-the-physical-science-basis/415F29233B8BD19FB55F65E3DC67272B>
- IVANOVA, M. Profit Growth in Boom and Bust: The Great Recession and the Great Depression in Comparative Perspective. *Industrial and Corporate Change* 26 (1), p. 1-20, 2016
- KINDER, T. and PLIMMER, G. *UK government paid £1.7bn to private groups for coronavirus contracts*, 2020. <https://www.ft.com/content/7fe7c2d5-24df-431b-9149-50417fa0236a>
- LAWRENCE, M. and LAYBOURN-LANGTON, L. *Planet on Fire*. London: Verso, 2022
- MADER, P., MERTENS, D. e VAN DER ZWAN, N. (eds). *The Routledge International Handbook of Financialization*. Abingdon: Routledge, 2020
- MARX, K. *O Capital Volume 1*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013
- MONTGOMERIE, J. Indebtedness and Financialization in Everyday Life. In: P. Mader, D. Mertens e N. van der Zwan (orgs.). *The Routledge International Handbook of Financialization*. Abingdon: Routledge, 2020
- PALMA, G. *Ricardo was Surely Right: The Abundance of "Easy" Rents Leads to Greedy and Lazy Elites*, 2023 <https://www.repository.cam.ac.uk/items/1727500c-a50e-4199-a98b-b140722b1690>
- PARBONI, R. e TRIDICO, P. Inequality, Financialisation and Economic Decline. *Journal of Post Keynesian Economics* 41 (2), p. 236-259, 2018
- PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Boston: Harvard University Press, 2014.
- PINEAUT, E. A *Social Ecology of Capital*. London: Pluto Press, 2023
- ROUBINI, N. *Coronavirus Pandemic Has Delivered the Fastest, Deepest Economic Shock in History*, 2020 <https://www.theguardian.com/business/2020/mar/25/coronavirus-pandemic-has-delivered-the-fastest-deepest-economic-shock-in-history>
- SAAD FILHO, A. There is Life beyond the Washington Consensus: An Introduction to Pro-Poor Macroeconomic Policies*. *Review of Political Economy* 19 (4), p. 513-537, 2007
- SAAD FILHO, A. Crisis in Neoliberalism or Crisis of Neoliberalism? *Socialist Register*, p. 242-259, 2011a
- SAAD FILHO, A. Growth, Poverty and Inequality: Policies and Debates from the (Post) Washington Consensus to Inclusive Growth. *Indian Journal of Human Development* 5 (2), p. 321-344, 2011b
- SAAD FILHO, A. Neoliberalism. D.M. Brennan, D. Kristjanson-Gural, C. Mulder e E. Olsen (orgs.). *Routledge Handbook of Marxian Economics*, London: Routledge, 2017
- SAAD FILHO, A. *The Rise of Nationalist Authoritarianism and the Crisis of Neoliberalism*, 2020a <http://ppesydneynet/the-rise-of-nationalist-authoritarianism-and-the-crisis-of-neoliberalism/>
- SAAD FILHO, A. From Covid-19 to the End of Neoliberalism. *Critical Sociology* 46 (4-5), p. 477-485, 2020b
- SAAD FILHO, A. *Endgame: From Crisis in Neoliberalism to Crises of Neoliberalism*. Human Geography, 2020c <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1942778620962026?journalCode=huga>.
- SAAD FILHO, A. *Growth and Change in Neoliberal Capitalism: Essays in the Political Economy of Late Development*. Leiden: Brill, 2021
- SAAD FILHO, A. *A Era das Crises: Neoliberalismo, o colapso da democracia, e a pandemia*. Trad. Nicole Herscovici. São Paulo: Contracorrente, 2023
- SAAD FILHO, A. *Políticas Progressistas para o Desenvolvimento Econômico: Diversificação de Inclusão Social em Tempos de Mudança Climática*. Trad. Linnit Pessoa. São Paulo: Contracorrente, 2025
- SAAD FILHO, A. e FEIL, F. From Climate Change to Sustainable and Inclusive Economies: A Policy Agenda. *Critical Sociology*, 2023 <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/08969205231160628>

SANDBU, M. *Huge Fiscal Spending is Needed to Fight the Coronavirus Downturn*, 2020 <https://www.ft.com/content/9963f71e-67b2-11ea-800d-da70cff6e4d3>

SAWYER, M. *Financialization: Economic and Social Impacts*. Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing, 2022

SOLTY, I. *The Bio-Economic Pandemic and the Western Working Classes*, 2020 <https://socialistproject.ca/2020/03/bioeconomic-pandemic-and-western-working-classes/>

TCHERNEVA, P.R. *When a Rising Tide Sinks Most Boats: Trends in U.S. Income Inequality*, Policy Note 2015/4, Levy Economics Institute, 2015

VAN DER ZWAN, N. Making Sense of Financialization. *Socio-Economic Review* 12, p. 99-129, 2014

ZUBOFF, S. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Intrínseca, 2021